

**MEMÓRIA DE REUNIÃO DA  
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

**DATA: 20/11/03– HORÁRIO: 9:00 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP**

Participantes

<b>SETP</b>	<b>COGEMAS</b>
Denise Arruda Colin	Marina Klamas Taniguchi
Gisele de Cássia Tavares	Kátia Bernardino da Silva
	Chrystiane B. Pianaro Chemin
	Vânia Maria de Souza
	Soeli Maria Menegusso
	Roeli Antunes de Souza
	Suzie A. Pucillo Zanatta
	Salette M. de Camargo Gastaldi
	Zilda M. C. R. Marques
	Carmen Lúcia S. Cunha

**Representantes da Secretaria Técnica**

Letícia Codagnone Raymundo	Márcia Mazzarotto
Ana Paula Gonçalves	Sônia Maria Benvenuti

**Convidados**

Rozeli Maria Gobor	Dinorá Terezinha Gava
Solange Machado	Maria Isabel Barion
Emerson Nerone	

A reunião teve início com a aprovação da memória da reunião realizada em 05/11/03.

**Assuntos da Pauta:**

**CONCLUSÕES DA COMISSÃO TÉCNICA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

A Comissão Técnica instituída para propor o instrumento referente ao relatório de Gestão e ao relatório de Monitoramento e Avaliação apresentou a conclusão do trabalho. A proposta é utilizar o instrumento de 2002, com algumas alterações, visando o aprimoramento. A Comissão considerou que os municípios já tem conhecimento das etapas de preenchimento e além disso, alguns dados de 2002 poderiam estar disponibilizados no sistema, necessitando apenas de conferência e adequações, o que facilitaria o trabalho.

O roteiro final, proposto pela Comissão Técnica, foi disponibilizado previamente aos membros da CIB, para que todos tivessem possibilidade de analisar o instrumento.

Os representantes dos gestores municipais questionaram a exigência dos instrumentos de gestão, argumentando que os mesmos têm se caracterizado apenas como

procedimentos burocráticos. Consideraram que há necessidade de garantir que as informações obtidas através dos instrumentos ( Planos de Assistência Social, Relatório de Monitoramento e Avaliação, Cadastramento da Rede e outros) sejam utilizadas no planejamento das ações do órgão gestor estadual.

O COGEMAS ressaltou também que os indicativos de atuação para o Estado, na área da assistência social, foram deixados pelo Relatório de Gestão 2002 e estão explícitos nos Planos de Assistência Social, mas constatou que a SETP preferiu iniciar o processo novamente. Desta forma, houve perda de motivação por parte dos municípios, que apesar de todos os entraves, tiveram avanços na operacionalização da Política de Assistência Social.

A Coordenadora da CGM destacou que tanto a SETP quanto os municípios têm objetivos comuns e disse que a equipe da SETP precisa do reforço dos municípios para garantir a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Reconheceu que a SETP está com dificuldades estruturais, mas reafirmou que compromissos técnicos foram firmados e que estratégias têm sido traçadas para efetivá-los.

Após todas essas considerações, o instrumento proposto pela Comissão Técnica foi aprovado.

Devido as férias coletivas que grande parte dos municípios terão entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004, definiu-se que o prazo máximo para que os municípios preencham o instrumento é o dia 28/02/04. A SETP fará a consolidação dos dados e a elaboração do Relatório de Gestão do Estado até 30/03/04. Será realizada capacitação com os técnicos dos Escritórios Regionais para orientação aos municípios e, naquelas regiões onde há dificuldades com relação à equipe técnica, deverá haver capacitação direta aos municípios, feita pela equipe central, até 10/12/03. No início de fevereiro de 2004, deverá haver nova mobilização dos municípios, a fim ressaltar a importância da elaboração do Relatório de Gestão.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL – ENCAMINHAMENTOS DA COMISSÃO**

Entregue a Nota Técnica que trata da normatização dos serviços, elaborada pela Comissão de Integração da Educação Infantil. Foi solicitado que a CIB analise e envie sugestões, antes da reunião do CEAS, que ocorrerá dia 05/12/03.

A Coordenadora da CGM explicou que a Comissão elaborou também Nota Técnica que trata do fluxo de construções de novas unidades de atendimento de Educação Infantil, mas que não houve consenso e, por isso, haverá revisão pela Comissão, antes de divulgá-la.

A Sra. Marina Taniguchi sugeriu que na Nota Técnica de Fluxos seja dada atenção quanto a exigência de parecer do DECON em todas as obras relativas à Educação Infantil. Considerou que desta forma pode haver entraves, devido à falta de estrutura do DECON para atender a mais esta demanda.

Foi ressaltada a necessidade de orientação aos municípios, ao longo de 2004, especialmente quanto às Novas Modalidades de atendimento dos SACs, a fim de garantir a completa integração da Educação Infantil à Política de Educação em 2005 e a utilização dos recursos do FNAS em ações de competência da Política de Assistência Social.

Também foi definido que a CIB reforçará a deliberação da V Conferência Estadual de Assistência Social, encaminhando solicitação ao MAS quanto à possibilidade de utilização dos recursos do SAC sem vinculação à programas específicos (PAC, API, PPD, Abrigo).

## **PORTARIA MAS N.º 39 – Redução do percentual de contrapartida**

Ficou definido que será encaminhado ofício à CIT, reivindicando que a redução do percentual de contrapartida prevista para alguns municípios na Portaria N.º 39, seja estendida a todos os demais, atingindo o máximo de 4%. Os percentuais atualmente praticados oneram significativamente os municípios, especialmente aqueles com mais de 25.000 habitantes, que caso não pertençam ao programa Comunidade Solidária ou ao Programa Fome Zero, têm que arcar com 20% de contrapartida. Considerou-se, ainda, a sinopse da 40ª reunião da CIT, que informa que em relação à Portaria N.º 39 "O MAS definiu que o mecanismo a ser utilizado será a anexação, em cada processo, de um despacho assinado pela Secretária da Política de Assistência Social autorizando a prática de novos percentuais, sem necessidade de substituição dos planos de trabalho de estados e municípios".

## **LUZ FRATERNA**

O Diretor Geral da SETP, Sr. Emerson Nerone, explicou que o Programa Luz Fraterna tem como objetivo atender a população beneficiária dos programas de transferência de renda. Informou que a Caixa Econômica Federal tem como meta regularizar, até fevereiro de 2004, a disponibilização dos cartões para todas as famílias cadastradas no CADÚNICO.

A Sra. Kátia Bernardino da Silva argumentou que os municípios têm número limitado de cartões, que é sempre menor do que o número de cadastrados. Questionou por quê o Programa Luz Fraterna beneficia as mesmas famílias já contempladas com os programas federais, deixando as demais famílias, também pobres e em situação de vulnerabilidade, fora dos benefícios.

A Sra. Denise Colin explicou que o Luz Fraterna é uma forma de contrapartida do governo estadual aos programas de transferência de renda do governo federal e o objetivo é unificar os programas, a fim de promover a promoção social das famílias. Lembrou que a maior crítica aos programas da gestão anterior diz respeito à pulverização dos recursos.

O Sr. Emerson Nerone informou que o Programa Luz Fraterna atenderá 200 mil pessoas frente a uma demanda de 500 mil, não sendo possível atender a todos devido às limitações orçamentárias.

A Sra. Marina Taniguchi ressaltou que a mídia vem divulgando informações de que todos os usuários da assistência social que se enquadram nos critérios para inclusão no programa serão beneficiados. Como isso não corresponde a realidade, uma vez que é necessário ter o cartão Bolsa Família e não apenas ser cadastrado, a população está cobrando das prefeituras municipais o benefício que entendem ter direito. Além disso, a COPEL tem indicado que a população deve dirigir-se às Prefeituras Municipais, sem orientar quanto a exigência do cartão. Ressaltou que esta situação tem causado problemas às prefeituras, que têm dificuldades em explicar à população os detalhes que o governo estadual não divulga. Nesse sentido, os gestores municipais solicitaram que haja ampla divulgação quanto às limitações orçamentárias do programa e a justificativa do porque não estão sendo contempladas todas as famílias cadastradas e que já possuem seu nº de NIS.

O Sr. Nerone informou que o programa de transferência de renda tem como previsão orçamentária o montante entre 25 a 60 milhões de reais na 1ª fase e que caso a Caixa Econômica não cumpra a entrega dos cartões, o estado deverá mudar a estratégia. Explicou que a "Tarifa Social", que proporciona redução de 50% no custo da tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda é anterior ao Programa Luz Fraterna e está

sendo mantida, beneficiando toda a população que já havia adquirido este direito. Esclareceu que o Programa Luz Fraterna financia os 50% que as famílias cadastradas nos programas federais teriam que pagar.

A Sra. Marina Taniguchi perguntou sobre o valor repassado e o impacto que ele representa para as famílias e questionou a falta de gestão e controle do referido programa por parte da SETP. A Sra. Denise Colin, informou que o valor varia de R\$ 17,00 a R\$ 34,00 por família, o qual deverá ser somado ao valor dos programas de transferência de renda do governo federal. Informou também que será feita pesquisa por amostragem em torno de 30 a 45 municípios paranaenses para verificar o impacto do Programa Luz Fraterna e dos demais programas de transferência de renda para a população paranaense.

Como conclusão das discussões sobre o assunto, ficou definido que a SETP irá levar à Comissão Estadual do Programa Luz Fraterna as dificuldades apresentadas pelos municípios, especialmente quanto aos esclarecimentos à população das limitações do programa e a diferenciação entre os programas de Tarifa Social e Luz Fraterna.

## **PAIF**

Os gestores questionaram os critérios utilizados para indicação dos Municípios contemplados nesta 1ª etapa, bem como de que forma estarão sendo incluídos outros municípios. O material informativo relativo ao programa será enviado pela SETP.

## **CONVÊNIOS 2002**

O Sr. Emerson Nerone informou que ficaram pendentes 786 convênios assinados em 2002 pela SECR. Explicou que há recursos disponíveis para pagamento – R\$ 1 milhão da fonte do tesouro e 9 milhões de outras fontes, mas que o atual governo optou pela revisão de todos os convênios assinados, porque considerou que não houve critérios técnicos para definição dos projetos beneficiados. Os representantes dos gestores municipais contestaram essa afirmação, argumentando que as ações financiadas tinham como base as demandas apontadas nos Planos de Assistência Social e eram aprovadas pelos Conselhos de Assistência Social. Criticaram a postura assumida pelo governo estadual em bloquear todos os pagamentos, partindo do pressuposto que houve falhas ou negligência na condução do processo. Argumentaram que obras foram paralisadas e programas em andamento, os quais atendem a população mais vulnerabilizada, foram prejudicados.

O Sr. Nerone informou que foi instituída comissão para analisar os projetos e que em breve os pagamentos poderão ser efetuados.

## **ORÇAMENTO 2004**

A Sra. Denise Colin explicou as estratégias utilizadas .na negociação junto ao governo do estado para liberação de orçamento destinado ao financiamento de propostas com liberação dos recursos para o FEAS e distribuiu documentos referentes a mesma.

## **CRITÉRIOS DE PARTILHA**

Apresentado o documento elaborado pelo IPARDES, que propõe o cruzamento de diversos indicadores, os quais resultam em um índice para cada município e determinam os percentuais de distribuição dos recursos do FEAS para os municípios paranaenses.

A Comissão aprovou o documento, mas ressalta que para os recursos oriundos do FNAS destinados aos Serviços de Ação Continuada devem ser mantidos respeitando os mesmos valores de 2003, uma vez que não houve aumento dos valores destinados ao estado. Caso haja disponibilidade de recursos adicionais para os SAC, a distribuição deverá obedecer os índices propostos pelo IPARDES. Será elaborada resolução contendo esses indicativos.

Foi ressaltada mais uma vez a necessidade de orientação aos municípios quanto à implantação das novas modalidades de atendimento, especialmente na área da criança de 0 a 6 anos.

### **BOLSA FAMÍLIA**

A Sra. Gisele Tavares informou que recebeu da Caixa Econômica Federal material sobre o Programa e passará via e-mail para os integrantes da CIB.

### **PETI**

Foi apresentada e pactuada a proposta de repassar o relatório do PETI para os municípios via e-mail, para sugestões de alterações, e/ou aprovação e retorno a SETP até 30/12/03.

### **RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DAS NOVAS MODALIDADES/ SAC IMPLANTADAS EM 2002**

Devido ao adiantado da hora, a Secretaria Técnica apenas apresentou o resumo das avaliações feitas pelos Escritórios Regionais nos municípios contemplados com recursos adicionais em 2002.

### **CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2004**

Definido que a CIB, em 2004, terá reuniões ordinárias nos dias 18/02, 28/04, 16/06, 18/08, 20/10 e 15/12.